

Migração campo/cidade da juventude e os (des)caminhos para a sucessão na agricultura familiar da Região Geográfica Imediata de Chapecó-SC

Youth rural/city migration and the (dis)paths for succession in family farming in Immediate Geographical Region of Chapecó-SC

Migración juvenil rural/ciudad y los (des)caminos de sucesión en la agricultura familiar en el Región Geográfica Inmediata de Chapecó-SC

Renata Hübner

<https://orcid.org/0000-0003-4086-2337>

renatahubnner@gmail.com

Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Chapecó, SC

Willian Simões

<https://orcid.org/0000-0003-4434-7092>

willian.simoes@uffs.edu.br

Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Chapecó, SC

Resumo: Este artigo analisa mudanças territoriais da agricultura familiar no Oeste Catarinense e a migração das juventudes do campo, fenômeno que ameaça a reprodução social da agricultura familiar na região, marcada historicamente pela presença de pequenas propriedades rurais. A pesquisa qualitativa foi construída por meio de revisão bibliográfica em uma perspectiva interdisciplinar, levantamento de dados e entrevistas semiestruturadas com jovens que permaneceram no campo. Os resultados apontam para forte tendência de migração campo/cidade da juventude na região, sendo que a permanência no campo está atrelada às condições de vida e trabalho no espaço rural.

Palavras-chave: Envelhecimento nas unidades familiares, juventude rural, Oeste Catarinense.

Abstract: This article analyzes territorial changes in family farming in the West of Santa Catarina and the migration of young people from the countryside, a phenomenon that threatens the social reproduction of family farming in the region, historically marked by the presence of small rural properties. The qualitative research was built through a literature review in an interdisciplinary perspective, data collection and semi-structured interviews with young people who remained in the field. The results point to a strong trend of rural/city migration of youth in the region, and the permanence in the countryside is linked to living and working conditions in rural areas.

Keywords: Aging in family units, rural youth, West Santa Catarina.

Resumen: Este artículo analiza los cambios territoriales en la agricultura familiar en el Oeste de Santa Catarina y la migración de jóvenes del campo, fenómeno que amenaza la reproducción social de la agricultura familiar en la región, históricamente marcada por la presencia de pequeñas propiedades rurales. La investigación cualitativa se construyó a través de una revisión bibliográfica en una perspectiva interdisciplinaria, recolección de datos y entrevistas semiestructuradas a jóvenes que permanecieron en el campo. Los resultados apuntan a una fuerte tendencia de migración campo/ciudad de los jóvenes en la región, y la permanencia en el campo está ligada a las condiciones de vida y trabajo en las zonas rurales.

Palabras clave: Aging in family units, rural youth, West Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Historicamente, pode-se dizer que a agricultura familiar camponesa sofreu (e ainda sofre) com frágeis políticas públicas e incentivos governamentais para sua permanência e manutenção no espaço rural brasileiro. As políticas públicas beneficiaram fundamentalmente o agronegócio para a produção em larga escala e destinada à exportação. Este fator, atrelado ao avanço do capital e do processo de modernização sobre o campo, segundo Wanderley (2014), gerou graves consequências sobre os espaços de reprodução dos pequenos agricultores, ampliou a pobreza e as desigualdades sociais no campo e foi responsável pela expulsão de muitos trabalhadores.

Na Região Geográfica Imediata de Chapecó, pode-se dizer que a agricultura se caracteriza, em grande parte, pelo seu caráter familiar e também sofreu com os efeitos dessas transformações. Nesta região, a modernização da agricultura se deu, principalmente, por meio da integração do agricultor familiar às grandes agroindústrias de aves e suínos. Esse modelo agroindustrial serviu de base para o desenvolvimento econômico do Oeste Catarinense. No entanto, criou um ambiente de seleção e exclusão (Ferrari, 2003).

Diante disso, destacaremos neste artigo que a problemática da migração campo-cidade da juventude na Região Geográfica Imediata de Chapecó vem se acentuando nos últimos anos e, como consequência deste processo, observa-se, além da redução no número de famílias que vivem no campo, o envelhecimento e a masculinização da população rural (Camarano e Abramovay, 1999; Silvestro et al., 2001). Essa migração vem ameaçando os padrões sucessórios e de reprodução social da agricultura familiar na região. Nessa perspectiva, buscamos analisar efetivamente como esse processo se caracteriza na região Oeste Catarinense, marcada historicamente pela presença de pequenas propriedades rurais que se reproduzem ao longo do tempo por meio da sucessão familiar.

Por essas razões, ao mesmo tempo em que neste artigo o objetivo é demonstrar a dinâmica recente da migração da juventude rural na região supramencionada, também procuramos discutir os dilemas e desafios da vida jovem presente no seio da agricultura familiar. Assim, para alcançar os resultados que buscamos atender esse objetivo, usamos de três passos metodológicos: revisão bibliográfica, levantamento de dados e entrevistas semiestructuradas.

Esta pesquisa foi construída sobre a perspectiva da investigação qualitativa, pois entende-se que esta abordagem auxilia na compreensão da realidade socioespacial na medida em que propõe um “conhecimento mais dialógico”, isto é, uma aproximação do investigador com o contexto da pesquisa (Turra Neto, 2012). Ainda nesse sentido, a abordagem qualitativa proporciona a compreensão das complexas inter-relações que envolvem o tema da pesquisa, e permite a construção do conhecimento através dos trabalhos de campo, das observações e análises (Meirinhos & Osorio, 2010).

Os dados e informações foram obtidos através de entrevistas com seis jovens egressos da Casa Familiar Rural de Saudades-SC dos anos de 2009 e 2018 que permanecem no campo. Para esta pesquisa, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, conforme o que institui o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, 2013).

As entrevistas realizadas são de ordem qualitativa e semiestruturadas, pois seguiu-se um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas que poderiam surgir durante o diálogo (Manzini, 1990/1991; Szymanski, 2004). As questões-chave pré-elaboradas do roteiro envolveram questões sobre a vida cotidiana e características da unidade familiar dos jovens entrevistados.

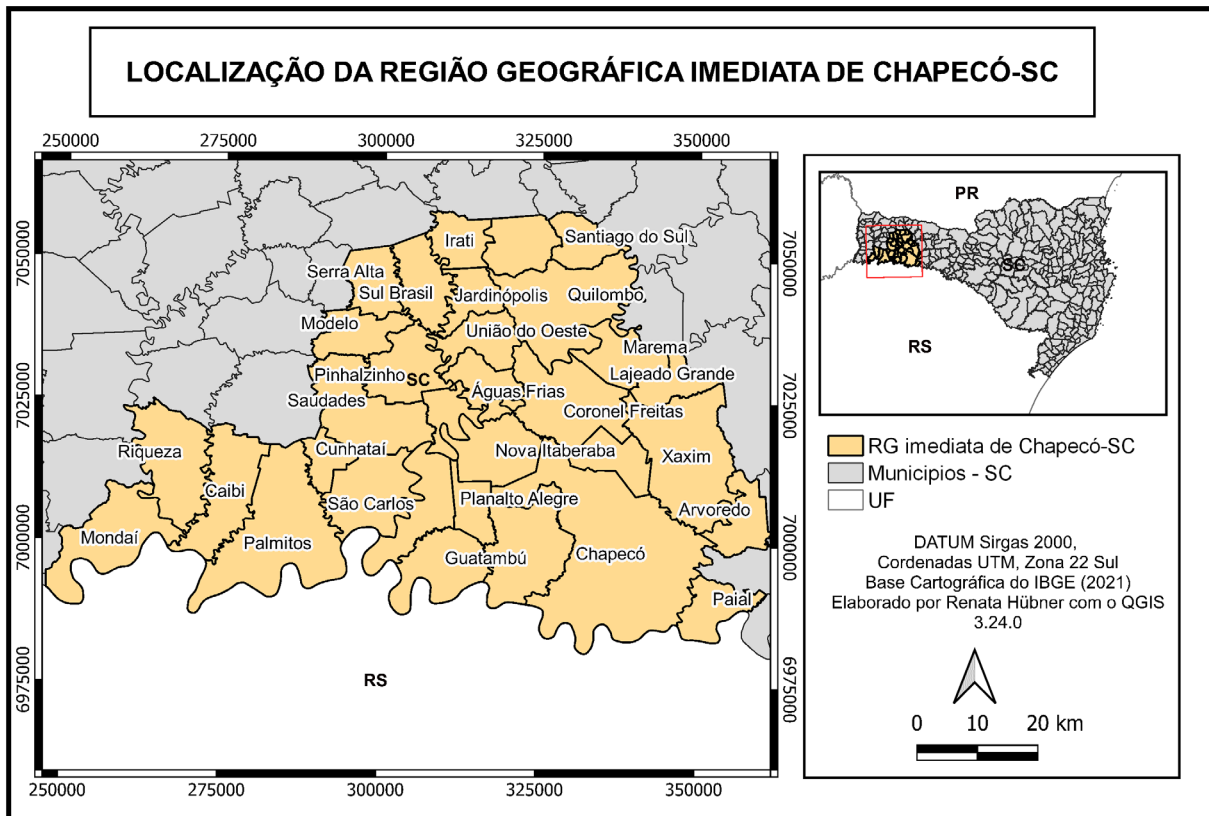
No que segue, a primeira seção aborda o território da pesquisa, buscando retomar aspectos históricos da configuração territorial da região, que caracteriza as pequenas propriedades rurais e a agricultura familiar. Para essas discussões, auxiliam-nos diversos autores que já discutiram e investigaram a gênese da atual estrutura agrária do Oeste de Santa Catarina (Radin, 2009; Werlang, 1992) e as transformações da agricultura familiar da região ao longo do tempo (Silvestro, 1995; Campos, 1987; Plein, 2003; Mior, 2003). A segunda seção aborda a problemática da migração campo-cidade da juventude rural na região, que é sustentada com dados do Censo Demográfico (IBGE, 1991; 2000; 2010) e Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017). Por fim, a terceira aborda por meio das entrevistas os desafios e dilemas da juventude e do trabalho no campo.

O TERRITÓRIO DA PESQUISA: ASPECTOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL E DAS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO OESTE DE SANTA CATARINA

A história da agricultura familiar da Região Oeste Catarinense está diretamente relacionada ao seu processo de povoamento e colonização. Para isso vamos retomar aspectos históricos e geográficos da sua formação territorial, realçando o processo de ocupação e colonização dos municípios e das mudanças ocorridas a partir da modernização agrícola que iniciou nos anos de 1960. O objetivo é retomar alguns marcos emblemáticos que contribuem para uma melhor compreensão da atual estrutura agrária, caracterizada pela presença de pequenas propriedades rurais, destacando como essa região passou da noção de sertão catarinense, atrelada à ideia de vazio demográfico, para polo de desenvolvimento regional devido ao destaque das agroindústrias de aves e suínos.

A Região Geográfica Imediata de Chapecó, território de análise da nossa pesquisa, é composta de 32 municípios (Figura 1) que antes da revisão da divisão geográfica regional do Brasil elaborada pelo IBGE em 2017, pertencia à mesorregião do oeste catarinense. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, esta região possuía uma população total de 405.066 mil habitantes, sendo que deste total 73,81% residem na área urbana e 26,19% vivem no espaço rural (IBGE, 2010).

Figura 1: localização da Região Geográfica Imediata de Chapecó-SC



Fonte: elaborado a partir de IBGE (2021)

A Região Oeste Catarinense foi a última fronteira do estado de Santa Catarina a entrar no modelo colonizador e civilizador. No início do século XX, através das descrições feitas pela imprensa e pelo governo, em particular por ocasião da viagem de 1929 do governador Adolfo Konder, difundiu-se a imagem de um imenso “sertão” catarinense a ser conquistado: essa percepção estava atrelada à ideia de uma região caracterizada por um grande “[...] vazio demográfico, que necessitava de efetiva ocupação [...]”, ocultando a população que originalmente já ocupava este território (Radin, 2009, p.48).

Entre 1920 a 1960 deu-se início ao fluxo de migrantes vindos das antigas colônias do Rio Grande do Sul, o que na visão das autoridades catarinenses possibilitaria “civilizar” este espaço rural e superar a situação de “sertão” em que a região se encontrava. Este processo foi conduzido por diversas companhias colonizadoras, empresas privadas que foram incentivadas pelo poder público através da concessão de grandes áreas de terras, para que estas empresas fizessem avançar a reocupação do espaço subdividindo as terras em lotes

menores (Radin, 2009). Estes lotes foram divididos em áreas de aproximadamente 25 a 30 hectares, variando conforme a topografia da área, sendo denominado pelos imigrantes de colônia¹ (Waibel, 1949; Silvestro, 1995).

O período entre 1945 e 1948 foi o momento de maior fluxo migratório de gaúchos para a região: momento em que a Cia. Sul Brasil² mais vendeu e registrou novos lotes no oeste. Segundo Werlang (1992),

A principal causa desta expansão é o bom momento que atravessava a agropecuária. A época de ouro da suinocultura, como é denominada pelos colonos, impulsionou a chegada de imigrantes gaúchos. O suíno foi o primeiro produto que teve um valor comercial capaz de estimular a imigração em grande escala. A valorização e a expansão da criação de suínos que sedimentou a colonização trouxe um grande desenvolvimento à região (Werlang, 1992, p.103).

Segundo Campos (1987), este período compreendido entre 1945 e 1955 também marca o surgimento do grande capital agroindustrial através da instalação dos grandes frigoríficos, mas a principal transformação deste período é a mercantilização de pequena produção, ao transformar o suíno em uma mercadoria por excelência, pois “não mais trata-se de uma comercialização eventual de excedentes, mas sim de uma produção sistemática de mercadorias” (Campos, 1987, p.150).

Conforme aponta Mello (1998) *apud* Konrad (2012, p. 21), “[...] o nível tecnológico da atividade suinícola praticado na região até meados da década de 60 não criava para os agricultores grandes barreiras para a entrada ou saída da atividade”. Ainda nesse sentido, Campos (1987) destaca que, até este momento, a produção atendeu principalmente aos interesses da pequena produção, não exigindo maiores investimentos. Para o agricultor desenvolver a atividade suinícola era necessário apenas possuir área de terra própria suficiente para a criação e plantio do milho, que era o principal componente da alimentação dos suínos na época. No entanto, este cenário muda a partir de 1960, momento em que ocorrem grandes transformações no espaço rural da região relacionado à modernização agrícola.

Em meados da década de 1960, por meio da modernização agrícola, se alteram intensamente as relações do grande capital com a pequena produção. Este processo se caracteriza pela subordinação dos pequenos produtores às exigências das indústrias e do capital financeiro, o que também foi responsável pelas mudanças de base técnica no campo, através da introdução de máquinas, equipamentos e insumos na agricultura, capazes de promover o crescimento da produtividade e rendimento (Hespanhol, 2000; Wanderley, 2014).

Esta reestruturação da agricultura brasileira e da região é viabilizada por meio do projeto de desenvolvimento urbano-industrial do país, em que o Estado criou políticas

1 Colônia (colonie)- como os imigrantes alemães e seus descendentes designavam a pequena propriedade agrícola de uma família (Seyferth, 1974 *apud* Konrad, 2012, p.24).

2 Companhia Territorial Sul Brasil - Empresa responsável pela colonização da área do extremo oeste catarinense localizada entre os rios Chapecó, Uruguai e Antas. Introduziu um grande número de estrangeiros na região, colonos de diferentes regiões do Rio Grande do Sul. (Werlang, 1992).

públicas para o desenvolvimento agrícola, a fim de integrar as atividades entre o campo e a cidade, através da formação do chamado Complexo Agroindustrial (CAI) (Konrad, 2012):

[...] Entenda-se por Complexo Agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias (Müller, 1989 apud Fajardo, 2008, p.32).

Na região oeste de Santa Catarina, a integração dos agricultores ao Complexo Agroindustrial se dá principalmente como estratégia de reprodução social, diante do esgotamento da fronteira agrícola na década de 1960. Na região, a articulação entre a produção familiar e as agroindústrias também foi alicerçada pelo Estado por meio de políticas públicas que, juntas, construíram o desenvolvimento econômico regional e a formação do maior complexo agroindustrial de suínos e aves do Brasil (Campos, 1987; Ferrari, 2003).

O modelo agroindustrial da região serviu de base para o desenvolvimento econômico do Oeste Catarinense, mas ao mesmo tempo criou um ambiente de seleção e exclusão de agricultores (Ferrari, 2003). Segundo Hespanhol (2000), apenas uma parcela de produtores foi integrada a este sistema, o qual representa a articulação da pequena produção ao capital agroindustrial. Isso ocorre devido à grande exigência de incorporações tecnológicas, o que exclui um grande número dos pequenos produtores, pois não apresentam as pré-condições para se integrarem.

A crescente integração entre agricultores e agroindústria se intensificou, e a partir de 1980 se acentua o processo de diferenciação e exclusão de agricultores. De um lado muitos sem condições de continuar se reproduzindo no campo foram forçados a migrar. De outro, esse processo de diferenciação provocou um (re)arranjo nas estratégias de reprodução social da agricultura familiar da região (Plein, 2003).

A fim de assegurar a sobrevivência e manter-se no espaço rural, os agricultores utilizaram diferentes estratégias de reprodução, além da integração à agroindústria. Nesse sentido, é possível destacar as novas formas de produção, como a agroecologia, a emergência de atividades não agrícolas e de um conjunto de atividades de agregação de valor pautadas na agroindustrialização dos produtos gerados na unidade familiar. Além disso, as políticas públicas que surgem a partir de 1990, inicialmente através do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), auxiliam na manutenção das atividades agrícolas através de crédito destinado à agricultura familiar (Mior, 2003; Plein, 2003).

Dessa forma, acreditamos que estas estratégias de diversificação dos agricultores são formas de fortalecer os meios de vida que, segundo Schneider (2010, p. 89), implicam em “[...] criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência em face das crises, dos choques ou das vulnerabilidades, que conformam o ambiente hostil em que vivem os agricultores”.

A diversificação dos meios de vida são estratégias e alternativas de melhorar as condições de vida no campo e criar elementos que possibilitem a permanência no campo. Segundo Ploeg (2008, p. 8), os agricultores “[...] enfrentam e lutam contra a condição de marginalidade que lhes é imposta por meio da criação de novas respostas”. É nesse cenário complexo e contraditório que estão inseridas/os as/os jovens sujeitos desta análise. Na seção seguinte, buscamos analisar os dilemas e desafios que envolvem sua permanência no campo e a migração campo-cidade dos jovens, bem como os desafios para a reprodução social da agricultura familiar diante de um contexto marcado pela modernização da agricultura.

A PROBLEMÁTICA DA MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE DAS JUVENTUDES, DO ENVELHECIMENTO NAS UNIDADES FAMILIARES E DA SUCESSÃO

A reprodução social da agricultura familiar está relacionada à perspectiva de continuidade dos indivíduos dessa categoria social no espaço rural, através de práticas distintas na propriedade. Segundo Spanevello et al. (2014, p. 168), a ideia de “[...] reprodução social envolve, por um lado, as dimensões da produção de bens materiais e, por outro, a organização social dessa produção através do trabalho”. Esta segunda dimensão compreende os recursos humanos disponíveis na propriedade, neste caso, a mão de obra familiar.

Almeida (1986) aborda a reprodução social da agricultura familiar a partir de dois enfoques: no primeiro, a reprodução de ciclo curto ou anual; e, no segundo enfoque, a reprodução geracional ou de ciclo longo:

[...] Trabalhos centrados no primeiro foco estão preocupados, a partir da ideia de um modo de produção camponês, com a natureza da família enquanto esqueleto externo desse modo. Estudam como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo: trata-se do que se tem chamado de reprodução, mas de uma reprodução de ciclo curto, anual. Outros estudos tratam de como a unidade familiar (ou um conjunto delas) se reproduz no ciclo geracional, ou seja, como famílias se perpetuam. Trata-se de um ciclo longo de reprodução (Almeida, 1986, p. 2).

Podemos compreender que a reprodução social de ciclo longo, também denominada de “reprodução intergeracional” (Gasson & Errington, 1993) e/ou “sucessão hereditária” (Silvestro et al., 2001), pode ocorrer de três formas distintas:

- A sucessão profissional, isto é, a passagem da gerência do negócio, do poder (e da capacidade) de utilização do patrimônio para a próxima geração.
- A transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes.
- A aposentadoria, quando cessa o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos de que se compõe a unidade produtiva (Gasson & Errington, 1993 *apud* Abramovay et al., 1998, p.18).

Segundo Matte et al. (2019), este processo de sucessão permite a continuidade dos negócios e da unidade familiar ao longo do tempo. Pode-se dizer que até o final da década de 1960, o processo de sucessão, em que os filhos ocupam a posição dos pais na gestão das atividades agrícolas, não enfrentava problemas. Segundo Abramovay et al. (1998, p. 28), a agricultura do sul do país até este período foi uma “máquina de produzir novos agricultores familiares”, pois criavam novos estabelecimentos a partir da repartição da área e/ou compravam novas áreas de terras para instalar os filhos de maneira independente.

A partir deste contexto, como destacamos na seção anterior, com o avanço da modernização agrícola e o estabelecimento de uma fronteira agrícola na região sul, a sucessão e a continuidade dos estabelecimentos rurais foram sendo ameaçados. A questão central que marca os limites do processo sucessório, segundo Spanevello et al. (2014), é a ruptura com a possibilidade da formação de novas unidades familiares. Isso se dá devido à inviabilidade econômica de dividir as áreas paternas e pela redução da oferta de terras, aliado à desvalorização da agricultura e aumento da migração campo-cidade dos filhos.

Através da intensificação da migração campo-cidade como consequência ao processo de industrialização e modernização da agricultura, a população brasileira deixou de ser predominantemente rural. Conforme apontam os estudos de Campos (1999), isso ocorreu por que a proposta de modernização agrícola vinculada ao desenvolvimento econômico e tecnológico, foi responsável pelo enfraquecimento e exclusão de um número considerável de agricultores familiares, aumentando as desigualdades sociais no campo e desencadeando um intenso processo de êxodo rural.

Com isso, a partir de 1960-1970, observa-se uma evolução da população total e urbana do Brasil, enquanto que a população rural brasileira apresentou um declínio populacional constante. Essa problemática é identificada através da análise dos dados populacionais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que versam sobre a evolução da população nos últimos cinquenta anos.

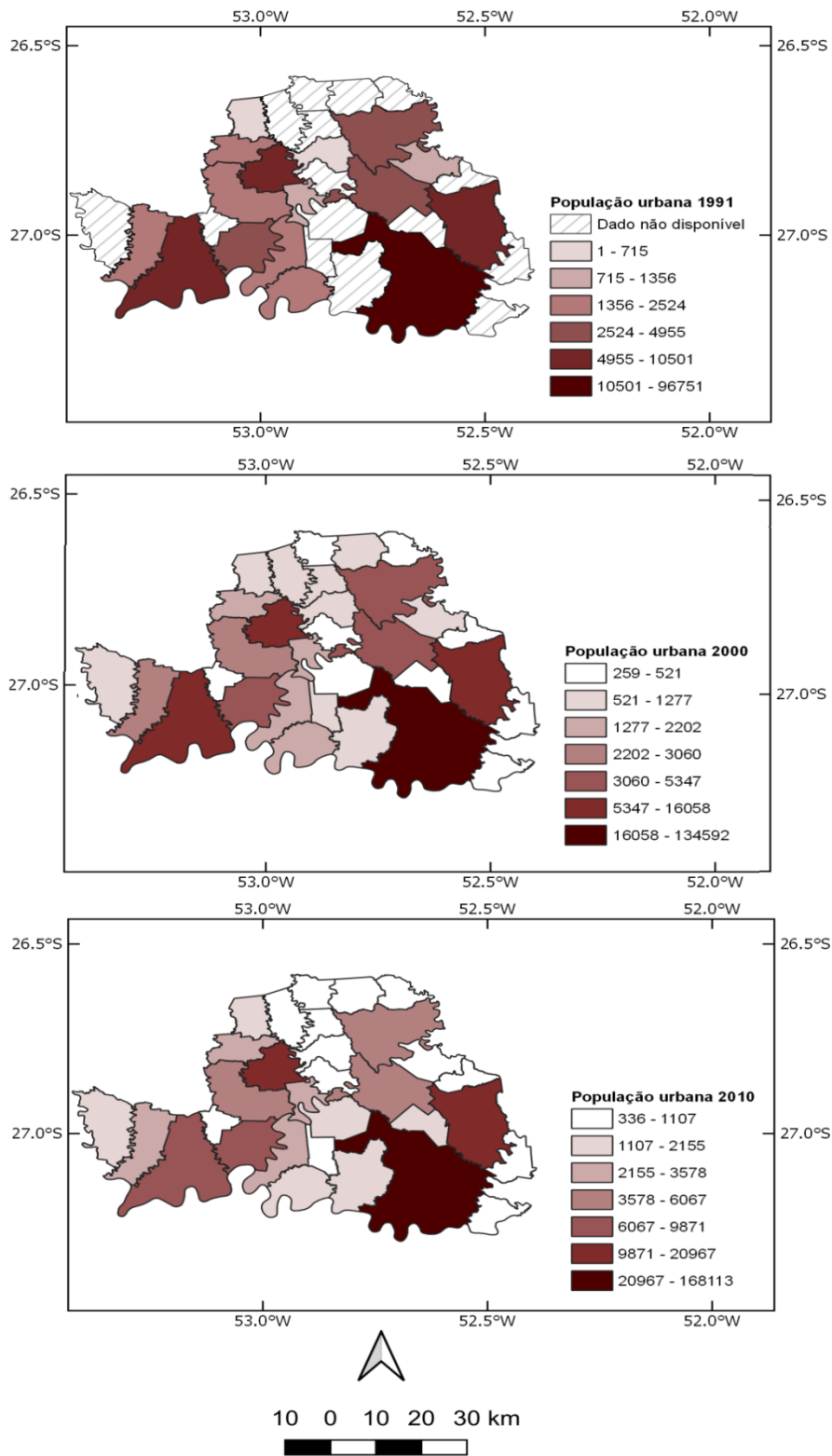
Conforme dados do Censo Demográfico (IBGE), no ano de 1950, a população brasileira era predominantemente rural, sendo que 63,8% da população total residia em áreas rurais. Já no ano de 1970, pós-modernização agrícola, verifica-se a inversão deste quadro: a população rural apresenta uma diminuição intensa e a população brasileira passou a ser predominantemente urbana. Essa tendência de perda populacional do campo pode ser evidenciada nos censos demográficos de 1991 e 2010, recorte temporal em que o fluxo de pessoas que deixou o campo também foi bem expressivo: aproximadamente 6,2 milhões de pessoas saíram neste período. Com isso, em 2010, a população rural passou a representar apenas 15,6% da população total do Brasil.

Nesse cenário, a problemática da migração campo-cidade tem gerado discussões em diferentes regiões do Brasil, pois cresce a preocupação com as ondas migratórias que vem ocorrendo nos últimos anos, caracterizada pela evolução da urbanização e intensa perda de população rural (Girardi, 2008). Como consequência desse processo, observa-se, além da redução no número de famílias que vivem no campo, o envelhecimento e a masculinização da população rural (Camarano e Abramovay, 1999; Silvestro et al., 2001). Ainda,

O trabalho de Ferrari (2003) mostrou que nos anos 1990 houve uma forte tendência de redução das ocupações rurais em Santa Catarina, com um predomínio da saída de jovens do meio rural, buscando oportunidades de trabalho nas cidades. O autor aponta a baixa remuneração da agricultura e a falta de terra, enquanto forças de expulsão, como fatores de esvaziamento do meio rural. Certamente, outras razões, que não de ordem econômica, também levam os jovens a migrar: resistência paterna em aceitar as sugestões dos filhos (Woortmann, 1988); dependência do “pai-patrão”, serviço de “escravo” e posição de subalternidade do colono (Renk e Cabral Jr., 2000); o desejo de estudar; seguir outra carreira profissional. Ainda, Ferrari (2003) estimou que somente na década dos anos 1990 aproximadamente 75 mil jovens abandonaram a agricultura e o meio rural da região.” (Ferrari et al., 2004, p. 247-248)

Com base nos dados do Censo demográfico (IBGE, 1991, 2000, 2010), observamos que a microrregião imediata de Chapecó-SC perdeu parcela significativa da população rural neste período, como aponta a Figura 3. Em 1991 a população total que residia no campo correspondia a 168.256 mil pessoas e, em 2010, esse número passou a ser de 106.081 mil pessoas. Isso demonstra que neste intervalo de tempo aproximadamente, cerca de 62 mil pessoas deixaram o espaço rural da região. Durante este período, os 31 municípios da microrregião perderam parcela significativa de sua população rural residente, enquanto a população urbana da microrregião imediata de Chapecó cresceu 73,58%, de acordo com a Figura 2.

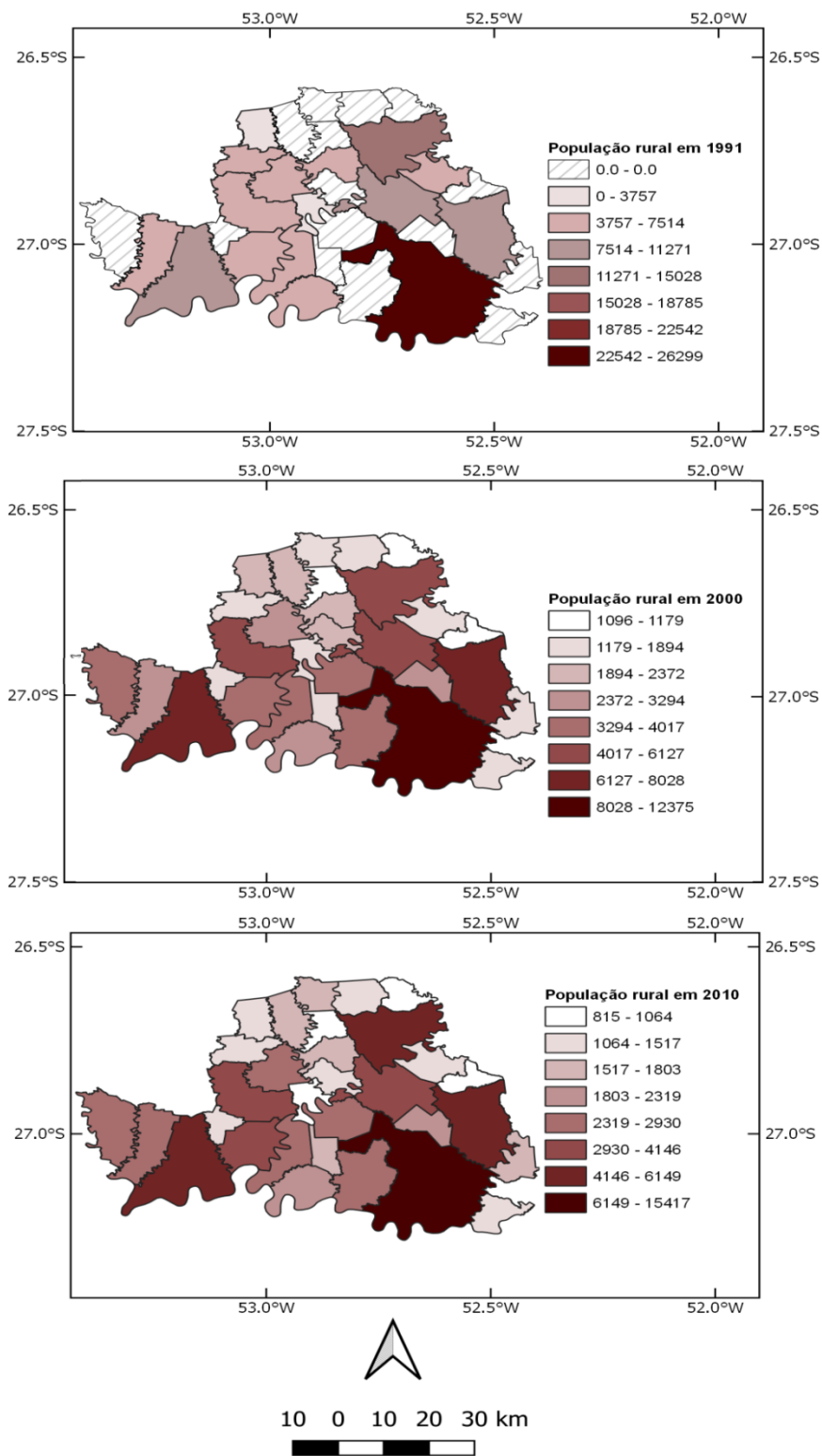
Figura 2: evolução da população urbana dos municípios da Região Geográfica Imediata de Chapecó-SC (1991-2000-2010)



Fonte de dados: IBGE - Censo demográfico (1991, 2000, 2010)
 Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum, SIRGAS 2000
 Organização e elaboração: HÜBNER, R. (2020)

Fonte: IBGE (1991-2000-2010).

Figura 3: evolução da população rural nos municípios da Região Geográfica Imediata de Chapecó-SC (1991-2000-2010)



Fonte de dados: IBGE - Censo demográfico (1991, 2000, 2010)
Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum SIRGAS 2000
Organização e elaboração: HÜBNER, R. (2020)

Fonte: IBGE (1991-2000-2010).

Os dados dos censos demográficos do IBGE demonstram, ainda, que na microrregião imediata de Chapecó, no período entre 1991 e 2010, houve uma redução de 49,9% da população jovem (entre 15 e 29 anos de idade) residente no meio rural, enquanto que neste mesmo período o número de jovens residentes no meio urbano cresceu 68,3% (Tabela 1). Essa redução no número da população jovem residente no meio rural evidencia a problemática do envelhecimento da população na microrregião e aponta para a dinâmica de migração campo-cidade dos jovens.

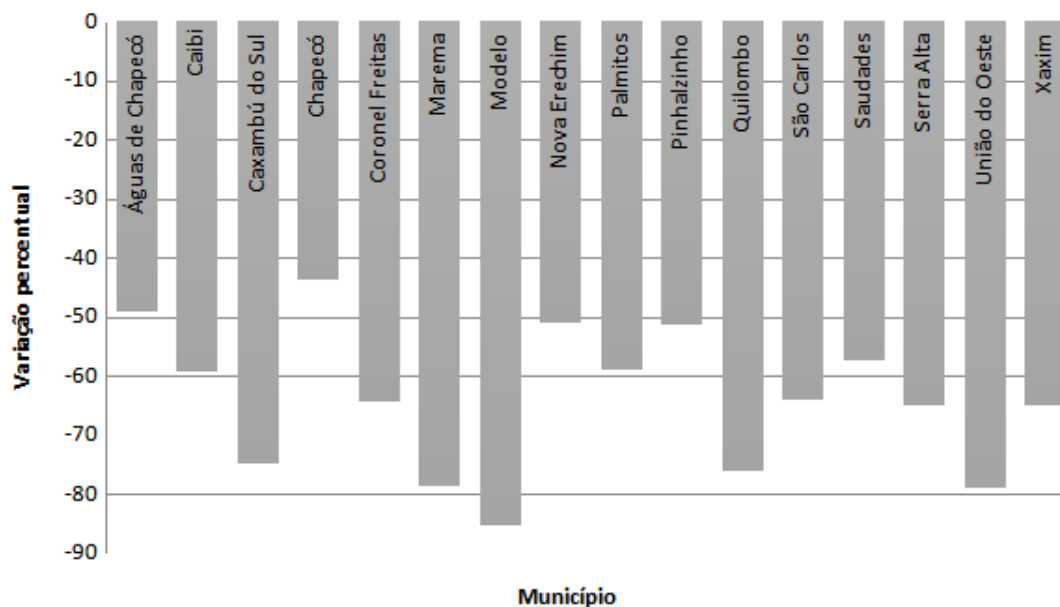
Tabela 1 - População residente por situação de domicílio e grupos de idade.

Microrregião Geográfica	Grupo de idade	Ano x Situação do domicílio			
		1991		2010	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural
Chapecó (SC)	15 a 29 anos	50901	48556	85667	24321

Fonte: IBGE- Censo demográfico (1991, 2010).

Considerando os municípios que compõem a microrregião com dados entre os períodos dos censos demográficos do IBGE de 1991 a 2010, todos apresentaram redução da população jovem residente no meio rural. Dentre estes municípios, Caxambu do Sul, Marema, Modelo, Quilombo e União do Oeste tiveram perdas acima de 75% de sua população jovem rural como mostra a Figura 4.

Figura 4: variação da população residente rural entre 15 e 29 anos na Região Geográfica Imediata de Chapecó-SC (1991-2010)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1991, 2010)

Obs: os municípios que não aparecem no gráfico não possuíam informações do ano de 1991.

No Oeste de Santa Catarina, o envelhecimento da população rural também pode ser evidenciado ao analisar a redução do número de produtores rurais com idade até 35 anos no período entre 2006 e 2017.

No ano de 2006, conforme Censo Agropecuário (IBGE, 2006, 2017), havia 3.219 estabelecimentos agropecuários na Microrregião Imediata de Chapecó em que o produtor rural possuía até 35 anos de idade; já no ano de 2017 esse número caiu para 1.367, representando uma redução neste período de 57,5% (Tabela 2). Por outro lado, o número de estabelecimentos agropecuários na microrregião em que o produtor rural possuía mais de 55 anos de idade, em 2006, representava 31,7% do total de estabelecimentos; e em 2017 já representava 78,3% do total. Isso demonstra a diminuição da participação da população mais jovem no campo, ao mesmo tempo em que confirma o envelhecimento da população rural da microrregião, uma vez que em 1/3 das propriedades rurais da microrregião o agricultor possui mais de 55 anos de idade.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários (unidades) e classe de idade do produtor (2006-2017)

Microrregião Geográfica - Chapecó (SC)		
Classe de idade do produtor	2006	2017
Total	27517	19383
Menor de 25 anos	453	173
De 25 a menos de 35 anos	2766	1194
De 35 a menos de 45 anos	7477	2784
De 45 a menos de 55 anos	8089	5817
De 55 a menos de 65 anos	5833	5824
De 65 anos e mais	2899	3538
Idade não declarada	-	53

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006, 2017).

No entanto, é preciso considerar que a saída dos jovens do campo faz parte de um movimento demográfico geral que, segundo Valadares et al. (2016, p.60) é “reflexo do processo de urbanização de nossa sociedade”, que se dá atrelada ao avanço da modernização sobre o campo, da submissão dos agricultores à lógica do agronegócio e a ausência de políticas públicas efetivas aos jovens do campo. Estes autores sugerem que:

[...] este deslocamento não pode ser interpretado como algo inexorável. O rural representa um modo particular de utilização do espaço e de vida social. A ideia de “fim do rural” ignora que esse espaço de vida singular, constituído historicamente a partir de dinâmicas sociais internas e externas, pode ser valorizado pelos jovens que ali residem. Esconde que parte significativa do êxodo rural não é intrínseca ao processo de urbanização, mas explicada pelo histórico de ausência do Estado no campo, pela dificuldade de acesso aos serviços e às políticas públicas, e principalmente pela dificuldade de acesso à terra e à renda – questões diretamente associadas à estrutura fundiária dominante no país (Valadares et al., 2016, p.60).

Os fatores acima elencados são determinantes para que a juventude migre para a cidade em busca de renda e trabalho nas fábricas e no comércio urbano. Fanck (2007, p.

29) aponta que esse movimento ocorre motivado pela falta de incentivo através de políticas públicas e escolarização adequada que aponte perspectivas e alternativas rentáveis para a permanência desses jovens no campo: “[...] a escola que lhes é oferecida, na sua maioria, os prepara, justamente para as diferentes formas de trabalho urbano assalariado, desenraizando-o de sua realidade”.

Nesta seção analisamos a problemática da migração campo-cidade das juventudes na Região Geográfica Imediata de Chapecó-SC e suas implicações sobre o envelhecimento nas unidades familiares que ameaçam os padrões sucessórios da agricultura familiar da região. Na seção seguinte, por meio do diálogo com jovens que permaneceram no campo, buscamos desenvolver um estudo sobre alguns aspectos emblemáticos desta juventude que traça um caminho inverso ao da migração, destacando algumas das características de suas vidas no campo e na agricultura familiar.

NO OESTE CATARINENSE: JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR E A VIDA NO CAMPO

Nesta seção, a proposta é dialogar com os jovens sujeitos da pesquisa e que relataram ao longo das entrevistas aspectos de suas vidas no campo e na agricultura familiar. Buscamos ancoragem em outros autores que já discutiram juventude do campo, com o intuito de potencializar discussões a respeito dos dilemas e desafios da vida jovem presente no seio da agricultura familiar no Oeste Catarinense e que não estão desconectados da realidade de outras vidas jovens do espaço rural brasileiro.

Historicamente, pode-se dizer que o debate em torno da categoria “juventude” é representado por olhares e definições genéricas, geralmente associadas a uma fase da vida em que se utiliza a idade e o comportamento como definições metodológicas. No entanto,

[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente, já constitui uma manipulação evidente. (Bourdieu, 1983, p.113)

Dessa forma, a juventude não deve ser representada por meio de um grupo homogêneo, pois ela se constrói em diferentes contextos e relações sociais, representando diferentes jovens e identidades sociais (Groppa, 2017). O grande desafio neste debate atualmente é “[...] considerar a juventude para além de um recorte de população específica, mas, sobretudo, a partir dos processos de interação social e as configurações em que está imersa” (Castro, 2009, p.182)

Pais (1990, p. 149) propõe analisar a juventude através de uma nova óptica, que nos permita olhar para a riqueza semântica associada a esta categoria. Para isso, o autor sugere analisar a juventude a partir de dois eixos semânticos: “[...] como aparente unidade (quando referida a uma fase de vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros)”. Assim, ao falar de

jovens estudantes ou trabalhadores, jovens rurais ou urbanos, jovens da classe média ou da periferia, tratamos de juventudes no sentido de suas diversidades que é distinto e muito mais amplo que o termo que associa a juventude apenas a uma fase de vida.

Castro (2009, p. 182) destaca que a juventude rural no Brasil é frequentemente associada à questão da migração do campo para a cidade, em que se difunde “[...] a imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural que contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais”. Outros autores também destacam que o foco na migração dos jovens rurais vem fortalecendo a dimensão da invisibilidade destes sujeitos. Para Valadares et al. (2016, p. 61),

A ênfase no movimento de saída do campo contribuiu historicamente para a invisibilidade daqueles que ficam, tanto do ponto de vista social como político. Esta invisibilidade, por sua vez, repercutiu decisivamente, por exemplo, na definição de investimentos e políticas públicas. Trata-se, portanto, de um círculo vicioso que desterrou e ainda desterra jovens rurais de suas raízes.

À medida que cresce e se difunde a migração de jovens para a cidade, aumenta a preocupação com o futuro das comunidades rurais, tendo em vista que a juventude rural é considerada “[...] como uma categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura familiar”. Esse movimento migratório de saída dos jovens do campo tem sido visto como um problema, na medida em que contribui para o esvaziamento e envelhecimento do campo (Ferreira; Alves, 2009, p. 245).

Devido a isso, discussões e trabalhos acadêmicos que tratam sobre os jovens rurais no Brasil, de modo geral, enfatizam o movimento geral de saída dos jovens do meio rural, que de fato é um forte traço da nossa dinâmica demográfica. No entanto, deixam de considerar um grande grupo de jovens, aqueles que optam por ficar no campo. Essa postura contribui para “[...] a sedimentação de visões que naturalizam o êxodo rural e o dotam de inexorabilidade [...] e obscurecem as trajetórias daqueles que ficam”, a partir das quais poderíamos entender as condições que influenciam a opção dos jovens pela permanência (Martins, 2019, p. 15).

Conforme exposto no item anterior deste artigo, a Microrregião Geográfica Imediata de Chapecó-SC também apresenta tendências de migração campo-cidade da juventude rural. O que se propõe neste trabalho é analisar os desafios e os dilemas da vida no campo da juventude rural desta região por meio da experiência de jovens que permaneceram no campo.

Para esta pesquisa selecionamos jovens estudantes do Ensino Médio da Casa Familiar Rural de Saudades dos anos de 2009 e 2018 que permanecem no campo. Entre estes sujeitos, observamos que viver na cidade não é uma opção para eles, uma vez que a maioria destes nunca saiu e não pretende sair do campo, conforme podemos observar na entrevista do Jovem 05: *“aqui onde eu moro é o paraíso, eu não gostaria de sair daqui”* (O Jovem 05, 28 anos, Linha Lajeado Pedro).

Entretanto, observamos que é determinante nessa aproximação e preferência pelo campo, as boas condições de renda e trabalho que encontram nas unidades familiares, fator

destacado pelos jovens através de sua satisfação em trabalhar com as atividades rurais, tais como: *“levantar de manhã com aquela vontade de trabalhar com o que você gosta”* (Jovem 03, 20 anos, Linha Jacutinga Alta). Ademais, há também a ênfase quanto à rentabilidade da atividade rural: *“eu sempre falo pro pai, aqui nós temos uma mina de ouro [...] e fazer a coisa certa, que aqui dá pra ganhar, dá pra competir tranquilamente com qualquer microempresa da cidade”* (Jovem 05, 28 anos, Linha Lajeado Pedro).

O fato de os 6 jovens entrevistados afirmarem que não pretendem sair do campo, expressa e confirma a análise de Castro (2009, p. 23), que desmistifica a ideia generalizada de que a migração da juventude rural para a cidade se dá pelo fato destes jovens serem atraídos pela cidade e pelo desinteresse para com o campo. Assim, concordamos com a compreensão de que a opção de “ficar” ou “sair” do campo “[...] envolve múltiplas e complexas questões mediante as quais a categoria jovem é construída”.

Dessa forma,

Cabe salientar que a tomada de decisão dos jovens rurais em permanecer ou sair passa por um vasto conjunto de fatores tanto internos como externos à propriedade, a considerar o contexto social, político e econômico em que está inserida a família, as atividades produtivas desenvolvidas, a constituição do grupo, a cultura e tradição, entre tantos outros. (Matte; Machado, 2016, p. 146)

Como indicam outras pesquisas, entre os principais fatores que envolvem a migração dos jovens rurais estão “[...] as condições de trabalho, consideradas insalubres, exigente em força física e longas jornadas, e a incerteza dos rendimentos” (Brumer, 2014, p.117). No caso das mulheres, somam-se ainda outros fatores, como sua condição subalterna nos estabelecimentos familiares, pois seu trabalho na propriedade assume um caráter secundário, como uma “ajuda”, e pela exclusão no processo de herança da terra, pois geralmente são os filhos que herdaram a terra, enquanto que as mulheres se tornam agricultoras pelo casamento (Brumer, 2014; Paulilo, 2003).

De modo geral, os jovens entrevistados na pesquisa apontam alguns destes fatores como as dificuldades da vida no campo. No olhar destes jovens, o que se evidencia são diversas determinantes, que muitas vezes levam o jovem a se mudar para a cidade. Dentre essas determinantes se destacam, entre os entrevistados, as condições e a intensidade do trabalho na agricultura familiar e a falta do descanso nos finais de semana. Eles destacam e apontam esses elementos como fragilidade do trabalho no campo, tal como o Jovem 04 afirmou que *“tem muitas vezes menos tempo pra sair né, com os porcos vamos supor, a gente não sai quando quer né, a gente sai quando pode, então isso que é a diferença”*. A Jovem 02 declara que *“a gente sabe que muitos jovens não gostam por que estão amarrados no serviço, não tem final de semana, não tem isso, não tem aquilo”*.

Apesar das inúmeras conquistas dos direitos trabalhistas, como a jornada de quarenta horas semanais, o descanso nos finais de semana e o direito às férias anuais, os relatos apontam uma realidade aplicável, na maioria das vezes, apenas os trabalhadores urbanos. Isso por que o trabalho no campo possui condições específicas: muitas vezes excedendo a jornada de 8 horas diárias; outras vezes, em dias de chuva e nos períodos de entressafra

na lavoura a jornada pode ser inferior a 8 horas; e o trabalho com os animais não permite estabelecer folga aos finais de semana e férias.

São estas condições de vida e trabalho no meio rural que Dorigon e Renk (2016) apontam como determinantes para os jovens rurais que buscam uma ocupação na cidade: a motivação dos jovens segue o desejo de desenvolver uma atividade menos “pesada”, com remuneração mensal e que ofereça garantias como férias e descanso semanal que contam favoravelmente, em oposição às safras anuais na agricultura.

Silvestro et al. (2001, p. 40), em sua pesquisa realizada sobre a sucessão hereditária na agricultura familiar do Oeste Catarinense, logo na virada para este século, já denunciavam a necessidade de se definir políticas públicas que incentivem melhores condições de trabalho e geração de renda para a juventude, a fim de atenuar o movimento de redução dos estabelecimentos agropecuários e permitir que “[...] os jovens agricultores possam construir seu futuro profissional no meio rural”.

Os jovens entrevistados citam como estratégia para ter tempo livre na agricultura, a organização do trabalho entre os membros do grupo familiar, o que permite obter maior flexibilidade no fim de semana, sendo possível inclusive organizar períodos de férias nos momentos de trabalho reduzido na lavoura e na propriedade. Segundo depoimento da Jovem 02 “é tudo uma questão de entrar em consenso, vamos dizer assim com os pais né, [...] um final de semana você sai o outro não, ou então você pode tirar férias no ano, uma vez, vamos dizer assim, uma semana sai você e na outra semana sai os pais. Tipo entrar num acordo na família, pra ter então esse tempo livre, que muitos acham que não é possível”.

No depoimento dos jovens sobre a vida no campo, também foi possível identificar um novo olhar sobre o meio rural que deixa para trás a percepção negativa do campo, que esteve atrelada a problemas, tais como a pobreza, o isolamento e o retrocesso: estas situações passam a ser vistas por uma perspectiva mais positiva, em que se enfatizam as potencialidades do meio rural. Segundo Wanderley (2001, p. 31), esse novo olhar em que o meio rural é “percebido como portador de soluções” é crescente, uma vez que se ressaltam as alternativas de trabalho e renda e possibilidades de melhorar a qualidade de vida no meio rural. Isso se dá através da produção de alimentos, do contato com a natureza e por meio do aprofundamento das relações sociais entre as pessoas. Tais premissas podem ser identificadas no relato da Jovem 02 que destaca “a questão da tranquilidade, a convivência com as pessoas, eu creio que é mais forte no interior [...] e a questão que você produz o próprio alimento”.

Outra característica da vida no campo são os espaços de lazer, que segundo Spanevello (2008, p. 76), a referência é o centro comunitário, já que é ele que “rege a dinâmica social em cada comunidade rural”. É nos centros das comunidades rurais que “os agricultores e suas famílias exercem a socialização e a prática de atividades lúdicas e religiosas, principalmente nos finais de semana”.

Essas particularidades da sociabilidade, do lazer típico das comunidades rurais são destacadas pelos jovens nas entrevistas e envolve especificamente os jogos de futebol, o culto na igreja, o encontro de jovens, além da participação e o envolvimento em grupos de coordenação e direção na comunidade, conforme destaca o Jovem 06: “como a comunidade aqui tinha um pouco mais de dificuldade de acesso à internet, a gente tinha várias interações

sociais né, como encontro dos jovens, fazia as galinhadas e as vezes tinha culto a gente participava também, tinha também os campeonatos, o esporte em si na comunidade era muito interessante e sempre a comunidade fazia com que os jovens se envolvessem né. Até vai fazer 4 anos que a gente faz parte da diretoria do esporte né, [...] então tipo o interior tem isso. E um jovem na cidade tá ali, tá perdido, pode fazer o que você quiser, sair a noite, louquear né, mas não tem esse lado assim da comunidade, da família, da convivência de buscar meios diferentes de estar envolvido com as coisas da sociedade em si”.

Esta participação do jovem em espaços de decisão e organização coletiva na comunidade é um aspecto muito relevante e demonstra que a comunidade já abre espaços que dão legitimidade e reconhecimento à juventude. Isso, no entanto, não é muito comum, como apontam Castro et al. (2010, p. 60): a juventude geralmente é associada à “imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência”, e isso tem diversas implicações sobre a vida do jovem, o que muitas reforça a posição de subalternidade, seja no espaço familiar ou em espaços cotidianos da sociedade.

Dito isso, cabe enfatizar que existe uma parcela da juventude rural que almeja permanecer e construir projetos de futuro no campo, o que refuta a ideia geral de desinteresse dos jovens pelo espaço rural que por muito tempo foi difundida. Acredita-se que a saída dos jovens do campo, conforme demonstramos, faz parte de um movimento demográfico geral que, segundo Valadares et al. (2016, p.60) é “reflexo do processo de urbanização de nossa sociedade”, que se dá atrelada ao avanço da modernização sobre o campo, da submissão dos agricultores à lógica do agronegócio e a ausência de políticas públicas efetivas aos jovens do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo tivemos como objetivo principal discutir a dinâmica da migração da juventude rural na Região Geográfica Imediata de Chapecó-SC, assim como os dilemas e desafios da vida jovem presente no seio da agricultura familiar no Oeste Catarinense.

Conforme exposto, os censos demográficos de 1991 e 2010 demonstram que na Região Geográfica Imediata de Chapecó se mantém a tendência de perda populacional do campo, apesar de ser inferior ao período de pós-modernização agrícola, onde este movimento foi mais intenso. Neste recorte temporal o fluxo de pessoas que deixou o campo também foi expressivo: aproximadamente 62 mil pessoas deixaram o espaço rural da região. Os dados ainda demonstram uma redução de 49,9% da população jovem (entre 15 e 29 anos de idade) residente no meio rural neste período, o que evidencia a problemática do envelhecimento da população na região e aponta para uma continuidade da dinâmica de migração campo-cidade dos jovens.

Apesar desta pesquisa não ser representativa em proporção, todos os jovens do grupo de entrevistados manifestaram o desejo de permanecer morando e trabalhando na unidade familiar e, de maneira geral, expressam pensamentos positivos sobre a vida no campo. Segundo Martins (2019, p. 60) esse “[...] desejo manifesto do jovem em construir

um projeto de vida e de futuro no campo [...]” pode ser fruto, entre outras determinações, de uma experiência educacional diferenciada que permita ao jovem repensar o campo a partir de suas potencialidades.

Acreditamos que essas trajetórias dos jovens egressos da CFR de Saudades são frutos, também, da ação desta instituição que está pautada, inicialmente, em desconstruir a visão do rural como espaço de atraso econômico e social e, assim, apontar as inúmeras possibilidades e alternativas socioprofissionais que o espaço rural abriga, motivando os jovens pela permanência, ou seja, abrindo caminhos para sucessão no seio da agricultura familiar.

Da mesma forma, entendemos ainda que a origem dessa percepção positiva sobre o campo, presente nos jovens entrevistados, é construída pela família e tem implicações sobre sua permanência no campo, considerando os resultados de Silvestro et al. (2001), que apontam que nos estabelecimentos descapitalizados no estado de Santa Catarina os pais desestimulam seus filhos a serem agricultores, enquanto que nos estabelecimentos capitalizados a proporção de filhos que são estimulados a permanecer no campo é maior.

Além disso, esta pesquisa também elencou que a aproximação e preferência destes jovens pelo campo está relacionada às boas condições de renda e trabalho que encontram na unidade familiar, aspecto este que é destacado pelos jovens entrevistados através de sua satisfação em trabalhar com as atividades rurais e ao enfatizar a rentabilidade da atividade rural. Assim, compreendemos que o movimento de migração campo-cidade das juventudes e os dilemas vivenciados para a sucessão na agricultura familiar, o que implica em melhorias nas condições de vida da população rural, deve ganhar centralidade o mais breve possível no âmbito das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R.; Silvestro, M. L., et al.(1998). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Edições Unesco.
- Almeida, M. W. B. De (1986). Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.1, n.1, 66-83, jun. 1986. Recuperado de http://anpocs.com/images/stories/RBCS/01/rbcs01_06.pdf.
- Bourdieu, P (1983). A Juventude é apenas uma palavra. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: arco Zero Limitada.
- Brumer, A (2014). As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: Renk, A.; Dorigon, C.(Orgs.). *Juventude Rural, cultura e mudança social*. Chapecó: Argos, p. 115-138
- Camarano, A. A.; Abramovay, R (1999). *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf
- Campos, G. L (1999) . Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: Tedesco, J. C. [Org.] *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF.
- Campos, I (1987). *Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústrias no Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba.

- Castro, E. G (2009). Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. In: *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais*. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/35215546.pdf>.
- Castro, E. G.; Correa, J. G.; Martins, M.; Ferreira, S. L (2010). A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. In: Alvarado, S. V.; Vommaro, P. A. *Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas (1960-2000)*. 1 ed. - Rosario : Homo Sapiens Ediciones, P.55-88.
- Dorigon, C.; Renk, A (2016) . A juventude e as transformações no mundo rural: um estudo de caso do oeste catarinense. In: Caccia-Bava, A.; Severo, M. S. *Juventude nas sociedades em crise*. Frutal: Prospectiva, p. 15-49
- Fajardo, S (2008). Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia v. 9, n. 27 set/2008 p. 31 – 44.
- Fanck, C (2007). *Entre a enxada e o lápis: a prática educativa da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão-PR*. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Ferrari, D. L (2003). Agricultura Familiar, Trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.
- Ferrari, D. L. et al (2004). Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 02, p. 237-271.
- Ferreira, B.; ALVES, F (2009). Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea.
- Gasson, R.; Errington, A (1993). *The farm family business*. Wallingford: Cab International.
- Girardi, E. P (2008). O rural e o urbano: é possível uma tipologia? Presidente Prudente. Recuperado de http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/modulo_b/a12.pdf .
- Grosso, L. A (2017). Juventudes e Políticas Públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. *Desidades*, vol. 14, Rio de Janeiro. Mar.
- Hespenhol, R. A. M (2000). *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (2006). *Censo Agropecuário 2006*. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>
- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (2017). *Censo Agropecuário 2017*. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo Demográfico 2010, 2000 e 1991 – Séries Temporais*. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=33087&t=acesso-ao-produto>.
- Konrad, J (2012). *A Dinâmica territorial da bovinocultura de leite: as estratégias dos produtores familiares de Arabutã-SC*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação em Geografia, Florianópolis.
- Lei 12.852 - 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm.
- Manzini, E J (1990/1991). A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v.26/27, p.149-158.

- Martins, L. R (2019) .*Permanecer no campo como Projeto de vida de jovens rurais: experiências de formandos e egressos de Escolas Família Agrícola no Estado do Espírito Santo*. 2019. 229 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.
- Matte, A.; Spanevello, R. M.; Lago, A.; Andreatta, T (2019). Agricultura e pecuária familiar: (des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR*. Taubaté, SP, v. 15, n. 1, p. 19-33, jan-abr.
- Matte, A.; Machado, J. A. D. (2016). Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. *Revista de Estudos Sociais*, N. 37, V. 18, 130-151. Recuperado de <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981/pdf>.
- Meirinhos, M.; Osório, A (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: revista de educação*, Vol 2(2).
- Mior, L. C (2003). *Agricultores Familiares, Agroindústrias E Território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Pais, J. M (1990). A construção sociológica da juventude—alguns contributos. *Análise Social*, vol. 25, No. 105-106, p. 139-165.
- Paulilo, M. I (2003). Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILLO, M. I. SCHMIDT, W.(org.) *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. Recuperado de <https://naf.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf>.
- Plein, C (2003). *As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã do Oeste, Santa Catarina*. 2003. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre.
- Ploeg, J. D. V. D (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS. 372 p.
- Radín, J. C (2009). *Representações da colonização*. Chapecó: Argos, 322 p.
- Schneider, S (2010). Reflexões sobre diversidade e diversificação-agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP*, v. 4, n. 1.
- Silvestro, M.L (1995). *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.
- Silvestro, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M.A.de.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T (2001). *Os impasses sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura familiar*. Brasília: NEAD/Florianópolis: Epagri, 122p.
- Spanevello, R. M (2008). *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Spanevello, R. M.; Lago, A.; Christofari, L. F.; Andreatta, T (2014). As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: Renk, A.; Dorigon, C. *Juventude rural, cultura e mudança social*. Chapecó: Argos.
- Szymanski, H. (org.) (2004). *A entrevista na pesquisa em educação a prática reflexiva*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Turra Neto, N. Pesquisa qualitativa em Geografia (2012). In: *Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)*, 12., Belo Horizonte, 22-28 jul. 2012. Anais...Belo Horizonte: Associação de Geógrafos Brasileiro (AGB).
- Valadares, A. A; FERREIRA, B. ; LAMBAIS, G.B.R.; MARTINS, L. R.; GALIZA, M (2016). Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R.A.; BOTELHO, R. U. *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília, DF: Ipea, p. 59-96.
- Waibel, L (1949). Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Ano 11, n. 2, abr./jun.

Wanderley, M. N. B. (2001). A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: *Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Recuperado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>.

Wanderley, M. N. B. (2014). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, vol. 52, supl.1, Brasília, 2014.

Werlang, A. A. (1992). *A colonização as margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia Territorial Sul Brasil, 1925 a 1954*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de pós-graduação em história. Florianópolis.

Recebido em 07/jul./2022

Aceito em 29/jan./2024

Publicado em 31/jul./2024